



Educação em Revista - UFMG

ISSN: 0102-4698

revista@fae.ufmg.br

Universidade Federal de Minas Gerais
Brasil

Assaf Mendes, Igor A.; Lazzarotti D. Costa, Bruno
CONSIDERAÇÕES SOBRE O PAPEL DO CAPITAL CULTURAL E ACESSO AO
ENSINO SUPERIOR: UMA INVESTIGAÇÃO COM DADOS DE MINAS GERAIS
Educação em Revista - UFMG, vol. 31, núm. 3, julio-septiembre, 2015, pp. 71-95
Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=399360943004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PAPEL DO CAPITAL CULTURAL E ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: UMA INVESTIGAÇÃO COM DADOS DE MINAS GERAIS*

Igor A. Assaf Mendes**
Centro Universitário Una

Bruno Lazzarotti D. Costa***
Fundação João Pinheiro

RESUMO: O acesso ao Ensino Superior no Brasil tem se ampliado. No entanto, a literatura aponta a persistência de padrões de desigualdade regional e socioeconômica no acesso a esse nível de ensino. O artigo analisa os determinantes do acesso ao Ensino Superior em Minas Gerais, em 2009, a partir de perspectivas teóricas que enfatizam o papel dos Recursos Familiares – sintetizados em termos de capital econômico, cultural e social – neste processo. A abordagem do trabalho concentra-se na influência do Capital Cultural Individual – os hábitos culturais dos indivíduos sobre o ingresso na educação superior. O trabalho utiliza dados da Pesquisa de Amostra de Domicílios de Minas Gerais (PAD/MG) de 2009, pesquisa amostral realizada pela Fundação João Pinheiro para testar a força explicativa das práticas culturais dos jovens sobre o acesso ao Ensino Superior.

Palavras-chave: Sociologia. Ensino Superior. Cultura.

CONSIDERATIONS ON THE ROLE OF CULTURAL CAPITAL AND ACCESS TO HIGHER EDUCATION: AN INVESTIGATION USING DATA FROM THE STATE OF MINAS GERAIS

ABSTRACT: Access to higher education in Brazil has expanded. However, the literature indicates the persistence of patterns of regional and socioeconomic inequality in access to higher education levels. The article analyzes the determinants of access to higher education in Minas Gerais, in 2009, from theoretical perspectives that emphasize the role of Family Resources - synthesized in terms of economic, cultural and social capital - in this process. The approach of the paper focuses on the influence of Individual Cultural Capital - the cultural habits of individuals on entry into higher education. It uses data from the “Pesquisa de Amostra de Domicílios” of Minas Gerais (PAD / MG) / 2009, sample survey conducted by João Pinheiro Foundation, to test the explanatory power of the cultural practices of young people about access to higher education.

Keywords: Sociology. Higher Education. Culture.

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698135457>

* Os autores agradecem à Fapemig e ao CNPQ pelo apoio recebido.

** Mestre em Sociologia e Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG). Professor do Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde do Centro Universitário UNA. Membro do Observatório Sociológico Família Escola (FaE/UFMG). E-mail: assaf.igor@gmail.com

*** Doutor em Ciências Humanas: Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor Pesquisador e Coordenador do Programa de Mestrado em Administração Pública da Fundação João Pinheiro (FJP/MG). E-mail:bruno.diniz@fjp.mg.br

INTRODUÇÃO

A influência das condições familiares sobre o sucesso acadêmico dos filhos constitui um vasto campo de pesquisa nas ciências sociais, reunindo diversos autores e abordagens. Tem-se entendido nos estudos das últimas décadas que a desigualdade de oportunidades educacionais influencia a reprodução intergeracional das desigualdades sociais, por ser a educação importante meio de ascensão social e econômica. Galgar posições ocupacionais e de status mais valorizadas do que as dos pais se tornou possível, entre outros fatores, graças a um padrão de alocação de posições que recompensa a escolarização. A educação universal tornou-se, portanto, símbolo da igualdade de oportunidades. Assim, igualar as oportunidades educacionais seria uma maneira de corrigir desigualdades de origem. No entanto, inúmeros estudos, como os de Fernandes (2001) e Silva e Hasenbalg (2002), parecem demonstrar que no Brasil, assim como em outros países, o sistema educacional reproduz as disparidades socioeconômicas herdadas. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo verificar se há uma relação entre o acesso a níveis superiores de ensino e a frequência de atividades consideradas de alta cultura entre jovens em Minas Gerais.

Atualmente, a taxa líquida de matrícula no Ensino Superior no Brasil se encontra na casa dos 15%, valor considerado baixo mesmo em termos de América Latina (NEVES, 2013). A situação é mais grave à medida que descemos a pirâmide social brasileira, sendo que grande parte da população que ocupa as posições mais baixas – com menores níveis de renda e de educação formal – está praticamente excluída dos cursos superiores, promovendo uma reprodução intergeracional das desigualdades socioeconômicas. Nelson do Valle Silva e Carlos Hasenbalg têm realizado diversos estudos na área – a exemplo de Silva e Hasenbalg (2002) –, propondo modelos de análise e formas de inferência que permitem, com bastante precisão, entender as relações entre Recursos Familiares e educação. Basicamente trata-se de estimar as relações entre origem social e alcance educacional, ou seja, até onde indivíduos de origem social diferentes podem chegar dentro do sistema de ensino formal.

A abordagem principal deste trabalho será uma discussão a respeito das possibilidades de realizar inferências mais precisas relativas à influência do Capital Cultural – entendido como atividades culturais valorizadas socialmente – comparada com diferentes fatores provenientes do ambiente familiar e em diferentes estratos sociais e suas possíveis relações com o acesso ao Ensino Superior, a partir de

dados de pesquisas de larga escala. Tal possibilidade surgiu devido à Pesquisa de Amostra de Domicílios de Minas Gerais (PAD/MG) de 2009, realizada pela Fundação João Pinheiro (2011) em função de um caderno específico sobre hábitos culturais entre jovens, que permitiria aprofundamento da discussão.

O papel da educação como fator de estratificação social tem sido destacado em diversos trabalhos e pesquisas da sociologia, tanto na área da educação quanto sobre a transmissão intergeracional de status social. Apesar de não ser possível afirmar que o bom desempenho escolar seja o único fator gerador de mobilidade social, há uma relação estreita entre alcance educacional e classe social de destino, e, portanto, apesar de não haver uma relação direta entre os dois fatores, o desempenho educacional oferece diversas possibilidades de desenvolvimento para os indivíduos, em especial para os oriundos de estratos socioeconômicos mais baixos. O acesso ao Ensino Superior tem sido fator importante de diferenciação de status ou de classe, pois influencia as possibilidades ocupacionais, que, por sua vez, determinarão o estrato socioeconômico de destino. No entanto, uma vez que as condições escolares e os fatores como competência e esforço individual não são os únicos – ou os principais – determinantes das realizações educacionais, esta hipótese meritocrática de alocação de pessoas em posições revela-se problemática.

Diversos são os fatores externos à escola ou ao próprio sistema educacional que condicionam, influenciam ou limitam o alcance educacional de diferentes grupos sociais. Os Recursos Familiares e o estrato ocupacional original dos pais dos indivíduos são comumente apontados como fatores relevantes na determinação da longevidade educacional. Porém, há certos traços de comportamento de classe apontados como importantes para o processo educativo, como certas práticas culturais (considerando-se a chamada alta cultura), que não têm recebido tanta atenção em pesquisas de larga escala, como Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e Censo. Segundo Scherger e Savage (2010), a falta de trabalhos sobre as relações entre a cultura e mobilidade social (por meio da educação) se deve, em parte, à oposição entre os defensores da escolha racional e os autores que defendem uma aproximação da hipótese da importância do Capital Cultural na definição da estrutura social de classes¹. O Capital Cultural, assim, parece não receber a mesma atenção que os fatores econômicos e geralmente é medido nas pesquisas pela indicação da escolaridade dos pais e nada mais.

Como foi apontado anteriormente, a educação formal adquiriu crescente importância nas sociedades modernas, seja no âmbito da

socialização, seja na determinação dos papéis sociais dos indivíduos. Se assim acontece, e tendo-se em vista que a escola não é o primeiro nem o único ambiente de socialização frequentado pelos indivíduos, há, ainda, fatores exteriores à escola que auxiliam na determinação da trajetória escolar. Portanto, a questão levantada é a seguinte: das condições externas à escola, em especial o contexto familiar, qual a influência das chamadas práticas culturais nas realizações e no alcance educacional?

Sendo assim, este trabalho pretende explorar a influência dos Recursos Familiares e dos hábitos culturais dos jovens no acesso ao Ensino Superior em Minas Gerais a partir da Pesquisa de Amostra de Domicílios de Minas Gerais (PAD/MG)² de 2009 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2011). As informações levantadas foram agregadas por domicílio e representam os Recursos Familiares disponíveis para os jovens, recursos esses classificados em três tipos de capital: capitais social, econômico e cultural. Acrescidos a esses recursos, usualmente abordados, destaca-se o esforço de medir o Capital Cultural Individual, centralidade deste artigo.

Dessa forma, procurou-se estabelecer, após a aplicação de modelo de regressão logística proposto neste artigo, as possíveis relações entre os determinantes dos Recursos Familiares e os de Capital Cultural sobre o acesso ao Ensino Superior.

RECURSOS FAMILIARES E DESEMPENHO EDUCACIONAL

O papel específico que o sistema escolar desempenha no processo de reprodução de desigualdades continua a ser objeto de pesquisas empíricas. É através do sistema escolar que as oportunidades sociais são distribuídas, e sendo que a “mobilidade social individual [está] associada grosso modo às realizações educacionais das pessoas” (SILVA; HASENBALG, 2002), o sucesso ou o fracasso dos indivíduos no sistema educacional está relacionado em parte com os Recursos Familiares disponíveis. Dessa forma, ocorre um processo de estratificação educacional: a seleção e socialização em relação à origem social dos indivíduos.

Segundo Silva e Hasenbalg (2002, p. 70), estratificação educacional “diz respeito à relação entre as características de origem socioeconômica dos alunos na entrada do sistema escolar e as características individuais observáveis na sua saída, bem como aos mecanismos através dos quais essa relação é estabelecida”. Se efetivamente há uma relação entre os Recursos Familiares e o desempenho escolar, a melhora recente deste desempenho nas escolas brasileiras não tem a ver exclusivamente com a melhora

do sistema de educação, mas também a uma melhora da situação das famílias no âmbito dos recursos disponíveis, a fim de facilitar a educação dos filhos, ou seja, o acesso a serviços e bens culturais. Isso não se dá exclusivamente com o aumento de renda, mas tem a ver também com aspectos demográficos, como a redução do tamanho das famílias (queda da taxa de fecundidade) e a migração para centros urbanos, onde a oferta de recursos não financeiros é maior³. Tais recursos disponíveis são os chamados de Recursos Familiares.

Como foi salientado anteriormente, os Recursos Familiares são definidos como os recursos materiais e não materiais provenientes da família, os quais influenciam a qualidade do aprendizado e as oportunidades de permanência e progressão escolar. Tais recursos são de três ordens: (a) Capital Social; (b) Capital Cultural; e (c) Capital Econômico.

Dessa forma, optou-se neste trabalho por observar como essas três dimensões seriam importantes para a compreensão do acesso ao Ensino Superior, acrescida de uma medida de Capital Cultural Individual⁴. A partir de informações sobre a amostra na faixa etária de 19 a 24 anos⁵, comparamos a frequência de matriculados no Ensino Superior, ou mesmo a sua conclusão, com os dados referentes a seus domicílios.

METODOLOGIA

A fim de verificarmos a existência de desigualdades relativas à distribuição de Recursos Familiares, ao Capital Cultural Individual e ao acesso ao Ensino Superior, as informações que serão apresentadas foram agregadas por domicílio e representam os Recursos Familiares disponíveis para os jovens, que foram classificados em três ordens diferentes. Abaixo, apresenta-se uma breve definição dos recursos. Posteriormente, são dedicados itens para cada um dos recursos, apresentando-se uma definição mais detalhada para cada um.

– (a) Capital Social: seria o recurso relativo ao apoio que o indivíduo pode receber de outros sujeitos. Como estamos trabalhando com recursos familiares, o capital social foi medido através da composição familiar. Segundo Silva (2003, p. 38), “a própria forma como se constitui a família representa um recurso diferenciado que afeta a situação de seus membros”. Assim, a composição das famílias apresenta informações como o número de residentes no domicílio e a presença física do pai e da mãe;

– (b) Capital Cultural: foi medido a partir da distribuição educacional entre os membros adultos do domicílio. Essa informação permite a

comparação entre as diferentes gerações da família e uma avaliação da perpetuação ou da não perpetuação das desigualdades educacionais. Porém, como os indicadores de Capital Cultural familiar não permitem averiguar como estes são transmitidos, e dado o objetivo deste trabalho de verificar a influência de hábitos culturais no acesso ao Ensino Superior, considerou-se também o Capital Cultural Individual;

– (c) Capital Econômico: é constituído pelos recursos financeiros disponíveis. Foi representado pela Renda Domiciliar per Capita. Os valores permitem a classificação dos domicílios por níveis de renda, oferecendo também uma medida aproximada dos recursos disponíveis para o investimento na educação dos jovens residentes no domicílio.

Depois de serem apresentados os dados referentes aos Recursos Familiares, e feitas as primeiras comparações, procedemos à análise, a partir de uma regressão logística, para testar se havia alguma relação entre os indicadores socioeconômicos e o acesso ao Ensino Superior, na qual o acesso – ingresso, frequência ou conclusão – ao Ensino Superior é o evento (P) a ser verificado. A probabilidade resultante do modelo indica a chance de que um indivíduo (*i*) qualquer da amostra tenha acesso ao Ensino Superior de acordo com determinadas características. A fim de medir os efeitos do Capital Cultural Individual, foram utilizados dois modelos de regressão. Um deles incluiu apenas as variáveis padrões da literatura⁶; outro incluiu medidas de Capital Cultural Individual, a fim de avaliar seus efeitos sobre os resultados.

O modelo de regressão é o seguinte:

$$Lu\left(\frac{P_i}{1 - P_i}\right) = e^{\beta_0 + \sum \beta_k X_k}$$

Em que:

- $Lu\left(\frac{P_i}{1 - P_i}\right)$ é a razão de probabilidade a favor de $y=1$;
- β_0 é a constante do modelo;
- X_k corresponde ao valor da *k*-ésima variável independente para aquele indivíduo;
- β_k são os parâmetros indicativos dos efeitos dessas variáveis sobre o logaritmo natural das chances de acesso ao Ensino Superior.

Foram comparados dois modelos de teste de regressão: um primeiro (M1), utilizando-se apenas os Recursos Familiares e as características pessoais sugeridos pela literatura; e um segundo modelo (M2), ao qual foi acrescida a medida de Capital Cultural

Individual sugerida a partir dos dados da amostra da PAD/MG de 2009 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2011).

CAPITAL CULTURAL E AS POSSIBILIDADES DE MEDIR UMA DIMENSÃO INDIVIDUAL EM PESQUISAS DE LARGA ESCALA

A perspectiva do Capital Cultural proposta por Bourdieu (2010c) e Bourdieu e Passeron (2008) como alternativa à perspectiva meritocrática de alocação de classes, sugere que filhos de famílias com baixo nível de Capital Cultural por parte dos pais estão sujeitos a não compartilhar da cultura da classe dominante. Esta cultura seria composta por valores, hábitos, maneiras, formas de se expressar etc. que não são transmitidos pelo sistema de educação formal, e, sim, pela educação do ambiente familiar.

A parte mais importante e mais ativa (escolarmente) da herança cultural, quer se tratando da cultura livre ou da língua, transmite-se de maneira osmótica, mesmo na falta de qualquer esforço metódico e de qualquer ação manifesta, o que contribui para reforçar, nos membros da classe culta, a convicção de que eles só devem aos seus dons esses conhecimentos, essas aptidões e essas atitudes, que, desse modo, não lhes parecem resultar de uma aprendizagem. (BOURDIEU, 2010a, pg. 47).

O que ocorre, portanto, é que a instituição escolar valoriza a cultura da classe chamada legítima – a cultura da classe dominante –, que é manifestada mais facilmente por alunos provenientes das classes abastadas e de difícil compreensão para os que não a compartilham.

A fim de avançar mais sobre o conceito de Capital Cultural e sua importância para o rendimento escolar faz-se necessário abordar brevemente o conceito de *habitus* e a perspectiva de Bourdieu do Capital Cultural na sua composição.

O *habitus* tem papel central na compreensão da teoria da reprodução. Este conceito diz respeito a pré-disposições gerais de relação com as diversas esferas da vida social. De acordo com o autor, o *habitus* se incorpora naturalmente nas formas de agir e pensar, a partir das relações sociais estabelecidas pelo indivíduo. Teria importância singular na aquisição dessas pré-disposições a socialização primária ou da primeira infância (0 a 6 anos de idade). Desta forma, os indivíduos adquirem um *habitus* relacionado às condições sociais nas quais estão inseridos (NOGUEIRA, M.; NOGUEIRA, C., 2009, p. 147).

Assim se explicaria não só a influência da estrutura sobre os atores, mas também a sua tendência a reproduzir tais estruturas. Ele seria “fruto da incorporação da estrutura e da posição social de origem

no interior do próprio sujeito. No entanto, essa estrutura incorporada seria colocada em ação” (NOGUEIRA, M.; NOGUEIRA, C., 2009, p. 147). O conjunto de disposições gerais que compõe o *habitus* “sugere” maneiras de agir diante de determinadas situações. É o *habitus* de classe que indica a disposição diante do sistema de ensino. As situações que diferem da situação social de origem exigiriam um ajustamento do indivíduo para tais circunstâncias, porém ainda apoiado nas referências originais. Dessa forma, os indivíduos, agindo de modo a representar a classe na qual foram socializados, tendem a reproduzir a estrutura social, consolidando a sua posição pessoal nela. Assim, o *habitus* se consolida como uma representação própria da sua posição social e o Capital Cultural como uma dimensão deste.

Pode-se entender, portanto, o *habitus* como um senso prático que permite aos indivíduos adaptar-se a situações. O conceito permite falar de classe social, não de forma abstrata, mas como incorporação de atitudes que caracterizam uma classe.

Por fim, salienta-se que o conceito de *habitus* por Bourdieu é um instrumento de análise macrosociológico, possibilitando a compreensão de uma estrutura social, porém não determinista nem capaz de sugerir uma previsão de toda e qualquer atitude do sujeito a partir da classe social a que pertence. O *habitus* de classe sugere tendências, ou seja disposições, compartilhadas entre os membros de determinado grupo social. São disposições, modos semelhantes de perceber e avaliar situações, gerando um leque diversificado de práticas. No entanto deve-se salientar que o *habitus* não determina rigidez nas práticas.

O “recrutamento” das escolas de Ensino Superior tende a favorecer as classes altas em função da reprodução da cultura dominante, entendida pela teoria como as práticas e os conhecimentos socialmente valorizados. Essa cultura entendida como de alguma forma superior à cultura popular e à cultura de massa seria a verdadeira fonte de Capital Cultural. A partir disso compreende-se que parte dos mecanismos de seleção/exclusão social são os resultados obtidos no ensino formal a partir da centralidade dos hábitos considerados de alta cultura. As diferenças de êxitos, assim, não residem, como o senso comum ou a teoria funcionalista costumam atribuir, apenas nas diferenças pessoais, mas também no Capital Cultural adquirido pelos indivíduos, usualmente mas não exclusivamente, a partir das relações familiares. Portanto, o maior obstáculo que as classes inferiores enfrentam para acompanhar os estudos acadêmicos não é econômico, mas cultural. Assim, em sala de aula, os estudantes de famílias pertencentes às classes altas se destacam a partir de seu Capital Cultural e sua facilidade de acesso à

cultura escolar e acadêmica, o que leva os professores os classificarem como mais capazes, habilidosos ou interessados quando comparados aos estudantes da classe trabalhadora, que têm de se esforçar para obter o conhecimento transmitido nas escolas (BONAL, 1998).

Ou seja, na teoria da reprodução, o tipo de cultura global da família tem maior peso em influenciar o rendimento do aluno do que seu nível de renda, ainda que ambos esses fatores tendam a se associar. Desse modo, a “nobreza cultural” seria um fator importante para determinar o grau de escolaridade dos indivíduos; não só o nível dos pais, mas o dos avós também contribuiria para a herança cultural. Mais do que isso, as histórias de êxito de indivíduos de famílias simples que chegam ao Ensino Superior servem para legitimar ainda mais o processo, pois se tornam fatos que corroboram a ideologia meritocrática e acabam por servir de exemplo⁷. Esses casos ocorreriam, segundo Bordieu (2010a, p. 42), em função de indivíduos que “parecem pertencer a famílias que diferem da média de sua categoria, tanto por seu nível cultural global como por seu tamanho”.

O sistema permitiria, da mesma forma, o fracasso de filhos da elite cultural, pois o nível de instrução das famílias indica apenas o tipo cultural da família, sem indicar de que forma este é transmitido. Como o ambiente familiar não é garantia dessa transmissão e da incorporação desses hábitos, indicações de efetivas práticas individuais que se configurem como de alta cultura, são tão importantes quanto avaliar o nível de educação formal dos pais, porém este fator recebe mais atenção dos pesquisadores ligados aos trabalhos sobre a transmissão intergeracional de desigualdades que tendem a trabalhar com dados em larga escala, como a PNAD e o Censo⁸.

Portanto, a reprodução das desigualdades começaria a partir da socialização familiar e teria sua legitimação na escola mediante os professores, que, de forma involuntária, valorizam alunos que demonstram incorporada a cultura dominante. Deve-se levar em conta, ainda, que os indivíduos não são limitados às disposições da sua classe de origem, como já foi apontado por Lahire (2004b). De acordo com o autor, ao analisar a experiência individual, devem-se levar em conta as diferentes influências que os indivíduos podem sofrer do meio social, as quais são articuladas de forma particular. Porém, deve-se lembrar que o acesso a diferentes práticas é limitado por diversas razões – econômicas, sociais ou políticas –, e sociedades com características tradicionais ou mais rígidas, no que tange à difusão de informações estão mais próximas do esquema de reprodução proposto por Bourdieu.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A MEDIDA DE CAPITAL CULTURAL INDIVIDUAL EM PESQUISAS DE LARGA ESCALA

Para compor o índice de Capital Cultural Individual, as variáveis foram selecionadas a partir da definição de Capital Cultural de Pierre Bourdieu (2010b), segundo o qual tais atividades – consideradas como cultura dominante – geram disposições que proporcionam melhor desenvoltura na educação formal. Cabe ressaltar que as condições nas quais a cultura dominante se reproduz no Brasil são relativamente diferentes das condições francesas às quais Bourdieu fizera referência, tanto do ponto de vista da distribuição dos recursos culturais, quanto do tipo de atividade valorizada. Nesse sentido, as considerações feitas por Setton (2005) sobre a relevância da cultura informal – cultura de massa e cultura popular – são imprescindíveis para o desenvolvimento deste trabalho.

O intuito deste artigo é propor a inclusão da análise de atividades culturais nas pesquisas de larga escala como um *proxy* mais verossímil às realidades individuais do que o nível de ensino dos pais. A relativa simplificação do conceito de Capital Cultural não se refere a desconhecimento, pois os autores compreendem as complexidades relativas ao conceito, mas à conveniência de utilizarmos dados de uma pesquisa que não foi desenhada para captar de fato essas características individuais e também devido à necessidade de operacionalização. No entanto, defende-se que não houve empobrecimento da teoria, principalmente ao confrontarmos os resultados, a teoria e a realidade brasileira, que difere da realidade na qual se baseava a proposta original de Bourdieu. Uma vez que o Capital Cultural se torna um recurso de distinção que gera algum tipo de privilégio para os que o detém num ambiente social onde o recurso seria escasso e altamente valorizado, quanto mais raros alguns tipos de práticas ou níveis de ensino, mais valorizados se tornam. Sendo assim, quaisquer níveis de familiaridade com determinadas práticas terão seu valor relativo à distribuição geral do recurso naquela população. Pode-se inferir dessa forma que no Brasil, mesmo que tais práticas não se configurem como práticas difundidas ou que se apresentem com caráter popular, ainda assim representam vantagens para a educação formal.

Redução fatorial para criação do índice

O índice foi construído a partir de redução fatorial⁹, auxiliado por modelo explicado por Bezerra (2011), e consiste numa escala de pontuação, sendo que o menor número representa a menor

frequência possível dentro do universo da amostra aos tipos de atividades listadas, e o maior, a frequência mais alta¹⁰.

Sendo assim, o número de fatores é feito de acordo com a redução do número de variáveis avaliando o quanto a hipótese é capaz de explicar a variância de todos os indicadores. De acordo com os resultados do teste de adequação do modelo adotado, Keyser-Meyer-Olkin ou KMO¹¹, buscamos uma redução capaz de satisfazer dois critérios: (1) fornecer um conjunto de variáveis coerente com a teoria; (2) o conjunto deveria obter um resultado do teste KMO igual ou superior a 0,7. Entre 26 variáveis iniciais do questionário, chegamos a um total de oito variáveis que atendiam a ambos os critérios.

Destarte, entre as atividades presentes no questionário, foram selecionadas a frequência a oito espaços ou atividades: (a) museu; (b) teatro; (c) exposições; (d) cinema; (e) biblioteca; (f) quantas vezes por semana lê livros; (g) quantas vezes por semana lê jornais; e (h) quantas vezes por semana acessa a internet. Na Tabela 1 podemos visualizar o quadro de correlação entre os indicadores.

TABELA 1: Quadro de correlação entre fatores componentes do índice

Componentes do índice	Lê jornais	Lê livros	Utiliza Internet	Frequenta Cinema	Frequenta Biblioteca	Frequenta museu	Vai ao teatro	Vai a exposições
Lê jornais	1,000	,293	,251	,227	,104	,052	,175	,098
Lê livros	,293	1,000	,182	,168	,170	,033	,090	,046
Utiliza Internet	,251	,182	1,000	,281	,237	,038	,158	,122
Frequenta Cinema	,227	,168	,281	1,000	,103	,072	,217	,081
Frequenta Biblioteca	,104	,170	,237	,103	1,000	,076	,135	,180
Frequenta museu	,052	,033	,038	,072	,076	1,000	,130	,088
Vai ao teatro	,175	,090	,158	,217	,135	,130	1,000	,239
Vai a exposições	,098	,046	,122	,081	,180	,088	,239	1,000

Fonte: PAD/MG, 2009 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2011). Elaboração própria.

Uma análise dos componentes principais foi realizada nos oito itens com rotação ortogonal (método varimax) em uma amostra de

2.972 indivíduos, todos com faixa etária entre 18-24 anos e com Ensino Médio completo. A medida KMO mostrou a adequação da análise, obtendo-se um valor de 0,705, resultado favorável para a explicação das variações dos dados de origem, ou das variáveis latentes. O teste de *eigenvalue* (autovalor) nos fornece a capacidade de explicação da variância dos fatores; valores acima de 1 são considerados favoráveis. No quadro abaixo, podemos visualizar os *eigenvalues* dos fatores gerados. Há, portanto, dois fatores que explicam em torno de 40% da variância:

TABELA 2: Total da variância explicada

Fator	<i>Eigenvalues</i> (autovalor)		
	Total	% da variância	Acumulado
1	2,065	25,815	25,815
2	1,132	14,153	39,968
3	,962	12,030	51,998
4	,919	11,491	63,489
5	,861	10,763	74,253
6	,732	9,153	83,405
7	,693	8,663	92,069
8	,635	7,931	100,000

Fonte: PAD/MG, 2009 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2011). Elaboração própria.

A matriz de componentes (Tabela 3) mostra os itens que compõem cada um dos dois fatores. A composição pode ser verificada pela maior carga em cada fator.

TABELA 3: Matriz de Componentes – Rotação Varimax

Indicadores	Componentes	
	F1	F2
Lê jornais	0,687	0,032
Lê livros	0,668	-0,094
Utiliza internet	0,622	0,182
Frequenta cinema	0,569	0,177
Frequenta biblioteca	0,321	0,398
Frequenta museus	-0,063	0,530
Vai a teatro	0,222	0,631
Vai a exposições	0,029	0,707

Fonte: PAD/MG, 2009 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2011). Elaboração própria.

As atividades poderiam ser divididas em dois componentes, porém, como nos interessa a redução a apenas um fator capaz de ser *proxy* de Capital Cultural, iremos adotar F2, por ser composto por atividades eruditas e coerentes entre si (teatro, museu, biblioteca e exposições), caracterizando, assim, a cultura legítima destacada pela teoria de Bourdieu¹². Parece-nos que F1 apresenta atividades típicas de um estudante universitário (leitura de livros, jornais, acesso à internet) e, ao mesmo tempo, apresenta atividade que não parece ter relação com as outras três (frequência ao cinema). Assim, o valor relativo à regressão de F2 será transformado em um índice de 0 a 100 de Capital Cultural¹³, que será utilizado posteriormente na regressão.

INDICADORES E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISES

Os indicadores utilizados para caracterizar descrever a amostra e fazer inferências sobre a população serão os seguintes:

Y - Acesso ao Ensino Superior: variável dicotômica, discriminada entre acesso (1) e não acesso (0) ao Ensino Superior. A população considerada foram os jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, incluídos tanto os que declararam estar estudando quanto os que já haviam completado o Ensino Superior.

As variáveis independentes foram:

X1 – Sexo: como outros estudos já demonstraram (FERNANDES, 2001; SILVA; HASENBALG, 2002, por exemplo), o sexo do estudante costuma influenciar seus resultados escolares. No caso do modelo utilizado, se o estudante é mulher, seu valor é 1, e, caso seja homem, é 0;

X2 – Raça/cor: como demonstrado em Fernandes (2001), a raça/cor também apresenta influência nos resultados. Sendo assim, optou-se por fazer distinção apenas se o estudante declarou-se preto ou pardo (=1) ou branco (=0);

X3 – Idade: a regressão indica a influência do indicador para cada ano a mais do indivíduo;

X4 – Área de residência ou situação censitária: a situação censitária diz respeito a se o indivíduo mora em região urbana (1) ou rural (0);

X5 – Família monoparental ou biparental: serve como medida

de capital social. Apenas dois tipos de arranjos familiares foram considerados – famílias monoparentais ou biparentais –, uma vez que o excesso de classificações poderia comprometer o modelo. Foram classificadas, assim, como monoparentais (=1) as famílias em que só há a presença de um dos pais e como biparentais (=0) aquelas em que há a presença de ambos¹⁴. É um indicador da capacidade de acompanhamento, tanto da escola como do desempenho dos filhos;

X6 – Número de moradores: o número de moradores é uma variável que sugere o número de pessoas que têm que dividir o espaço e com as quais é preciso se repartir os recursos disponíveis, porém, ao mesmo tempo, se configura como possível relação de suporte para o indivíduo, como destacado por Neves (2013) e Zago (2006). Portanto, também serve como medida de Capital Social;

X7 – Escolaridade do responsável: a escolaridade do responsável dá uma ideia do “clima cultural” do domicílio, servindo, portanto, como medida de Capital Cultural familiar. A literatura aponta que, tendencialmente, quanto maior a escolaridade dos pais, maior a importância dada à formação acadêmica e maiores as possibilidades de acompanhamento escolar (SILVA; HASENBALG, 2000; SCHERGER; SAVAGE, 2010).

X8 – Capital Cultural: índice de Capital Cultural usado no segundo modelo de regressão como detalhado anteriormente.

X9 – Renda domiciliar per capita: o Capital Econômico se refere à quantidade de recursos financeiros disponíveis no domicílio para o investimento na educação dos filhos. Os ganhos do domicílio foram divididos entre os membros para se obterem valores por pessoa.

CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

Como exposto anteriormente, a amostra utilizada foram os indivíduos com idade entre 18 e 24 anos com o Ensino Médio completo, o que corresponde a 2.972 indivíduos, no universo de 54.570 do total da amostra.

Entre os domicílios incluídos na amostra, 87,3% estão localizados nas regiões urbanas, e 12,7%, nas regiões rurais. Entre a população que participa da amostra, por volta de 50% (53%) têm até 21 anos de idade, como pode ser observado na Tabela 4.

TABELA 4: Distribuição da população da amostra de acordo com a idade – MG/2009

Idade	%	% Acumulado
18	8,6	8,6
19	12,4	21,0
20	16,2	37,2
21	15,8	53,0
22	16,1	69,0
23	15,9	85,0
24	14,0	100

Fonte: PAD/MG, 2009 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2011). Elaboração própria.

A Tabela 5 apresenta a distribuição da amostra de acordo com a raça ou cor declarada pelo entrevistado e demonstra que a maior parte da população se declarou branca (50,6%) ou parda (40,2%).

TABELA 5: Distribuição da população da amostra de acordo com raça ou cor declarada - MG/2009

Raça/cor	%
Branca	50,6
Preta	8,2
Parda	40,2
Amarela	0,7
Indígena	0,1
NS / NR	0,2

Fonte: PAD/MG, 2009 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2011). Elaboração própria.

Para os testes de regressão, a população foi dividida entre “brancos” e “não brancos” (de raça/cor preta ou parda), sendo desconsiderados os que se declararam amarelos, indígenas ou os que não responderam à pergunta (NS/NR e sem informação).

A Tabela 6 apresenta a distribuição dos domicílios da pesquisa de acordo com o Tipo de Arranjo Domiciliar (TAD), monoparental ou biparental, assim como a média de moradores por domicílio em cada um dos tipos.

TABELA 6: Distribuição da população de acordo com o tipo de arranjo domiciliar (TAD) e número médio de moradores nos domicílios - MG/2009

TAD	%	Média de moradores
Monoparental	33,3	3,71
Biparental	66,7	4,30
Total	100,0	3,63

Fonte: PAD/MG, 2009 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2011). Elaboração própria.

A Tabela 7 apresenta os anos de estudo completos dos indivíduos que se declararam responsáveis pelos domicílios. A maior parte da população (59,8%) cursou até o 8º ano do Ensino Fundamental, sendo que uma parte menor (27,4%) concluiu o ensino médio. A média de anos de estudo dos responsáveis foi de 6,9 anos. Apenas 2,9% dos responsáveis pelos domicílios incluídos na amostra declararam ter Ensino Superior completo.

TABELA 7: Anos de estudos completos dos responsáveis pelos domicílios - MG/2009

Anos de estudos completos	%	% acumulado
0 a 4	31,4	04,5
5 a 8	22,4	53,8
9 a 11	32,1	85,9
12 a 15	11,6	97,6
16+	02,4	100

Fonte: PAD/MG, 2009 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2011). Elaboração própria.

Modelo 1: resultados sem a inclusão do índice

Primeiramente foi executada uma análise de classificação. O que quer dizer que, ao se classificarem todos os indivíduos da amostra como 0 (sem acesso ao Ensino Superior), ter-se-ia 71,3% de chance de indicar corretamente a situação de cada indivíduo. Como já se sabia de antemão, a quantidade de indivíduos que frequentavam ou haviam frequentado o Ensino Superior é reduzida, e, portanto, o resultado é o esperado. O que se pretende com o modelo é uma indicação das chances de cursar o Ensino Superior de acordo com o comportamento das variáveis independentes. De qualquer forma, o modelo demonstrou um aumento de 5,8% na capacidade de previsão. A Tabela 8 apresenta os resultados do Modelo 1¹⁵.

TABELA 8: Modelo 1: chances de acesso ou permanência no Ensino Superior para a população de 18 a 24 anos - Minas Gerais, 2009

Variáveis no modelo	B	Erro padrão	Sig.	Exp(B)
Situação censitária	0,308	0,010	0,00	1,360
Raça/cor	- 0,558	0,005	0,00	0,572
Sexo	- 0,340	0,005	0,00	0,712
Idade	0,192	0,001	0,00	1,211
Tipo de arranjo familiar	0,218	0,005	0,00	1,243
Número de pessoas no domicílio	0,037	0,002	0,00	1,038
RDPC	0,052	0,00	0,00	1,054
Anos de estudo do responsável pelo domicílio	0,150	0,001	0,00	1,162
Constante	- 6,733	0,031	0,00	0,001

Fonte: Elaboração própria.

Para se interpretar corretamente a Tabela 7 e as posteriores, algumas explicações são relevantes. Primeiramente, o valor de “B” (beta, primeira coluna da tabela) é o coeficiente de regressão para cada uma das variáveis da tabela; uma variável com o coeficiente negativo contribui para reduzir a razão de chance de realização do evento que está sendo medido, neste caso, o acesso a um curso de educação superior. A coluna “Sig” apresenta os resultados do teste de significância de cada variável; e, por fim, a coluna “Exp(B)” (exponencial de beta) apresenta o resultado do coeficiente do modelo elevado ao valor do coeficiente “B”.

Primeiro nota-se que todas as variáveis independentes são significativas para um teste de significância padrão de 0,05. A partir dos coeficientes da Exp. (B), pode-se criar um modelo que prediz as chances de um indivíduo “i” cursar o Ensino Superior. Esse valor dá ideia do peso de cada uma das variáveis para o modelo, sendo que se pode obter a probabilidade “P” de um indivíduo “i” ter acesso ao Ensino Superior. As estimativas das probabilidades são obtidas a partir da fórmula $100(\text{Exp}(b)-1)$. Por exemplo, a variável “sexo” apresentou coeficiente negativo, o que significa que uma variação positiva da variável (no caso, ser homem) contribui para diminuir a probabilidade de cursar o Ensino Superior¹⁶. Dessa forma, tem-se o seguinte:

- A situação censitária provoca uma variação positiva;
- A raça/cor provoca variação negativa;

- O tipo de família provoca variação positiva;
- Uma variação no número de pessoas do domicílio aumenta as chances de acesso;
- Uma variação positiva na renda familiar aumenta as chances de acesso;
- Uma variação positiva nos “anos de estudos do responsável” aumenta as chances.

Resultados do Modelo 2 – Inclusão dos indicadores de Capital Cultural

Procede-se à análise com a inclusão do índice de Capital Cultural criado a partir de análise fatorial. Como dito anteriormente a redução fatorial exploratória de oito indicadores selecionados resultou em uma redução de dois, F1 e F2. Dentre eles escolhemos F2 como medida do índice. Assim sendo, o Modelo 2 trata da mesma fórmula de regressão logística aplicada anteriormente no Modelo 1 acrescida da medida de Capital Cultural.

Dessa forma, há na Tabela 9 as comparações dos resultados dos dois modelos de regressão para as chances de cursar o Ensino Superior.

TABELA 9: Comparação entre as variáveis do modelo 1 e 2 para acesso ao Ensino Superior (G2)

Variáveis no modelo	Modelo 1				Modelo 2			
	B	Erro padrão	Sig.	Exp(B)	B	Erro padrão	Sig.	Exp(B)
Situação censitária	0,308	0,010	0,00	1,360	0,146	0,010	0,00	1,158
Raça/cor	- 0,558	0,005	0,00	0,572	-0,545	0,005	0,00	0,580
Sexo	- 0,340	0,005	0,00	0,712	-0,305	0,005	0,00	0,737
Idade	0,192	0,001	0,00	1,211	0,206	0,001	0,00	1,229
Tipo de arranjo familiar	0,218	0,005	0,00	1,243	0,232	0,005	0,00	1,261
Número de pessoas no domicílio	0,037	0,002	0,00	1,038	0,071	0,071	0,00	1,074
RDPC	0,052	0,00	0,00	1,054	0,051	0,00	0,00	1,052
Anos de estudo do responsável pelo domicílio	0,150	0,001	0,00	1,162	0,142	0,001	0,00	1,152
Índice capital cultural	-	-	-	-	0,105	0,001	0,00	1,110
Constante	- 6,733	0,031	0,00	0,001	-7,465	0,033	0,00	0,001

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 9 indica que a inclusão das variáveis de Capital Cultural não prejudicou o modelo. Os valores dos testes de significância das variáveis independentes permaneceram os mesmos. O Capital Cultural demonstrou um peso significativo em comparação com as outras variáveis, o que sugere que os hábitos culturais são importantes na determinação do acesso ao Ensino Superior. Os pesos das outras variáveis do modelo tiveram relativamente pouca variação.

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS DO TRABALHO

Retomando o que foi exposto anteriormente, os resultados obtidos nas análises de regressão demonstraram que os Recursos Familiares possuem influência no acesso e na permanência no Ensino Superior pelos jovens. Entre estes recursos, o Capital Cultural cria nos indivíduos as predisposições necessárias para que se adequem ao sistema escolar através de um *habitus* de estudante ligado à cultura dominante. Apesar de ter estreita relação com a alocação de *status* social das famílias dos indivíduos, tal *habitus* não se limita apenas à herança produzida por estas, todavia se estende a todos os possíveis ambientes de socialização dos jovens.

Devemos destacar que nosso objetivo não foi traçar uma forma definitiva e determinista de possibilidades de acesso e permanência no Ensino Superior. Sabe-se que considerações sobre a história de vida dos jovens teriam que ser feitas para determinar como a prática das atividades pode influenciar na criação de uma espécie *ethos* acadêmico, como foi explorado por Zago (2006), Viana (2011) e Neves (2013), entre outros autores. O objetivo deste trabalho foi elaborar a operacionalização do conceito de Capital Cultural a partir de dados provenientes de pesquisas de larga escala, considerando que a medida deste recurso não se deve limitar apenas aos indicadores de escolaridade dos pais, como acontece usualmente, e salientar a importância da inclusão nas pesquisas de informações relativas às práticas culturais. Procurou-se também testar a força explicativa da hipótese segundo a qual o Capital Cultural, quando comparado com outros Recursos Familiares considerados importantes pela literatura, influencia as chances de acesso ao Ensino Superior.

O que se propôs neste trabalho foi a operacionalização de um conceito de Capital Cultural ligado a práticas culturais da elite econômica e intelectual, elaborado por Pierre Bourdieu. Não se pode entender a partir desta incursão que o Capital Cultural é a variável mais importante na determinação de acesso às universidades.

Porém, o resultado chama atenção, já que se demonstrou positivo e indica certa persistência da valorização de uma cultura erudita no Ensino Superior. Desse modo, sobre os resultados encontrados, podemos destacar o que se segue:

– Entre as características pessoais, tanto a raça como o gênero do respondente demonstraram-se importantes. Como outros trabalhos já haviam demonstrado (FERNANDES, 2001; SILVA; HASENBALG, 2000, 2002), indivíduos que se declararam pretos ou pardos obtêm os piores indicadores quando comparados aos que se declararam brancos. No caso deste trabalho, isso indica que o primeiro grupo tem menores chances de acesso ao Ensino Superior. O mesmo ocorre entre mulheres e homens: as mulheres têm maiores chances de cursar o Ensino Superior. Os efeitos de ambas as variáveis se alteram à medida que se observam seus efeitos em estratos de renda diferentes. Também a idade representou fator positivo, possivelmente devido às múltiplas tentativas de acesso.

– As variáveis de Capital Social não indicaram resultados intuitivos. Domicílios monoparentais apresentaram um aumento nas chances de acesso à universidade, assim como o acréscimo no número de pessoas residentes também aumentaria essa chance. Em um primeiro momento, cogitamos a possibilidade de que este poderia ser um indicador de que a amostra utilizada – cujos participantes tinham idade entre 18 e 24 anos – estaria enviesada por uma maioria de indivíduos que já haviam saído da casa dos pais, possivelmente dividindo espaço de moradia com outros estudantes. Isso explicaria os resultados tanto do número de indivíduos morando juntos como em relação à classificação do domicílio como monoparental – já que a classificação foi feita de acordo com a declaração de o responsável pelo domicílio residir ou não com companheiro ou companheira. Acontece que apenas **10%** dos entrevistados declararam-se responsáveis pelo domicílio, e mais de 70% indicaram ser filhos ou netos do responsável. Portanto, dificilmente esses 10% seriam capazes de influenciar toda a amostra. Alternativamente, o que esses indicadores podem apontar são casos de superseleção, similares aos explorados em *A Reprodução* (BOURDIEU; PASSERON, 2008): enquanto tais indicadores representam barreiras nos anos iniciais de ensino, os indivíduos que superam tais dificuldades têm suas chances de cursar o Ensino Superior equiparadas, ou até elevadas, às daqueles que apresentam “vantagem na largada”. Talvez a positividade relativa ao número de residentes se deva a um “investimento” familiar em um dos filhos. Em famílias de camadas populares, pode haver uma troca

em que a família abra mão da renda de um dos familiares para que este se dedique aos estudos. Portanto, o maior número de residentes caracterizaria um suporte adicional.

– Os indicadores de Capital Econômico confirmaram a hipótese-padrão de que há desigualdade de acesso ao Ensino Superior em função da alocação socioeconômica. Quanto maior a renda familiar *per capita*, maiores as chances de acesso ao Ensino Superior.

Os resultados obtidos a partir da redução fatorial indicariam que atividades relativas a F2 – teatro, museu, exposições e biblioteca – teriam correlação entre si, o que faz todo sentido à luz da teoria. Enquanto F1 foi descartado em função da sua composição – ler livros, ler jornais, utilizar internet e ir ao cinema –, não podemos prescindir das considerações que Lahire (2004a, 2004b) e Setton (2005) fazem a respeito de hábitos de leitura: mesmo que não seja um hábito relativo à “literatura oficial”, a leitura como atividade lúdica ou recreativa permite aos indivíduos desenvolver capacidades cognitivas que facilitariam sua capacidade de leitura e interpretação de maneira geral, o que tende a influenciar seu rendimento no mundo acadêmico.

De acordo com o que foi exposto no trabalho, o resultado relacionado ao acesso ao Capital Cultural chama atenção, pois pode evidenciar um aspecto da seleção do sistema de ensino ligado à cultura legítima. O acesso ao Ensino Superior constitui o último obstáculo das barreiras da educação formal; sendo que os níveis básicos de ensino apresentaram índices maiores de frequência, a diferenciação maior reside no diploma de graduação. Assim, o acesso à universidade dá sinais de que ainda é ligado à reprodução social de desigualdades de classe. Esses resultados parecem ter maior força explicativa quanto menor o nível de renda dos indivíduos, além da influência do nível de escolaridade do responsável e do Capital Cultural, dando-se indicações de que esses fatores podem, realmente, influenciar as chances de os indivíduos ingressarem em curso superior, resultando em superação de desvantagens iniciais ligadas ao ambiente familiar. Nesse sentido, destacamos estudos mais recentes realizados por Zago (2006) e Neves (2013). As pesquisas realizadas por essas autoras com jovens que acessaram o Ensino Superior via alguma política de inclusão destacam, entre outras coisas, as dificuldades relativas à vivência acadêmica – tanto o relacionamento com os colegas quanto no entendimento das disciplinas.

Todos esses resultados devem ser vistos com cuidado, e maiores inferências sobre o assunto só poderão surgir a partir de

estudo mais aprofundado dos contextos sociais nos quais os indivíduos desenvolvem essas capacidades e sobre como o aprendizado retirado dessas experiências culturais influenciaram sua trajetória. No entanto, podemos concluir que os resultados apontados no mínimo nos indicam caminhos pelos quais as pesquisas poderiam seguir.

Por fim, é importante salientar que a presente pesquisa não exclui o papel da instituição escolar. O intuito de separar os Recursos Familiares do que se chamou de Capital Cultural se deveu não só ao fato de que os indivíduos estão sujeitos a diferentes ambientes de socialização, mas também ao de que a escola é um destes. A escola não precisa ser apenas um ambiente onde a cultura dominante é valorizada, mas também um ambiente onde ela é relativizada. O problema se constitui quando a escola faz vista grossa às diferenças provenientes do ambiente de origem dos alunos, passando a valorizar os que trazem uma herança familiar mais robusta em termos culturais e a desvalorizar os que apresentam dificuldades.

Admite-se aqui, contudo, que algumas das relações entre os diferentes fatores que influenciam o desempenho no sistema escolar podem ser mais fortes do que outras, dependendo do sistema escolar, da escola ou de outras características. Não se trata de um sistema isolado, em que o resultado de um único fator é o suficiente para determinar o desempenho. A escola pode efetivamente influenciar esses resultados ao promover práticas que não transformem o processo de educação em algo mecânico e automático, conduzindo, pelo contrário, à reflexão e estimulando práticas que forneçam os mecanismos necessários para um bom desempenho, tendo em vista as especificidades de cada grupo de indivíduos.

REFERÊNCIAS

- BEZERRA, F. A. Análise Fatorial. In: CORRAR, L. J.; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M. (coordenadores). *Análise Multivariada*. Capítulo 2. São Paulo: Atlas, 2011. p. 73-130.
- BONAL, X. *Sociología de la educación*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1998.
- BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A. ; CATANI, A. (organizadores). *Escritos de Educação*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010a, p. 39-64.
- BOURDIEU, P. Os três estados do Capital Cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (organizadores). *Escritos de Educação*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010b. pp. 71-80.
- BOURDIEU, P. O futuro de classe e causalidade do provável. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (organizadores). *Escritos de Educação*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010c. p. 81-126.

- BOURDIEU, P. O diploma e o cargo: relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (organizadores). *Escritos de Educação*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010d. p. 127-147.
- BOURDIEU, P. As contradições da herança. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (organizadores). *Escritos de Educação*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes 2010e. p. 229-238.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.
- FERNANDES, D. C. – Estratificação educacional, origem socioeconômica e raça no Brasil: as barreiras da cor. In: IPEA/Caixa. *Publicação do Concurso de Monografias*, 2001.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Domicílios com crianças e adolescentes*: Recursos Familiares e demandas nas Regiões de Planejamento de Minas Gerais. Pesquisa de Amostra de Domicílios de Minas Gerais (PAD/MG)/2009. Belo Horizonte, MG: Fundação João Pinheiro, 2011.
- LAHIRE, B. *Retratos sociológicos*: disposições de variações individuais. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004a.
- LAHIRE, B. *Sucesso escolar nos meios populares*. São Paulo: Editora Ática, 2004b.
- NEVES, C. B. Trajetórias escolares, famílias e políticas de inclusão social no Ensino Superior brasileiro. In: ROMANELLI, G.; NOGUEIRA, M. A.; ZAGO, N. *Família e Escola: novas perspectivas de análise*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013. p. 278-310.
- NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. *Bourdieu e a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- SILVA, N. do V.; HASENBALG, C. Tendências da desigualdade educacional no Brasil *Dados*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-5258200000300001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 mar 2011.
- SILVA, N. do V.; HASENBALG, C. Recursos Familiares e transições educacionais. *Cadernos de Saúde Pública* [online], Rio de Janeiro, v. 18 (Suplemento), p. 67-76, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2002000700008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 mar. 2011.
- SCHERGER, S; SAVAGE, M. Cultural transmission, educational attainment and social mobility. *The Sociological Review*, v. 58, n. 3, p. 406-428, ago. 2010.
- SETTON, M. G. J. Um novo capital cultural: pré-disposições e disposições à cultura informal nos segmentos com baixa escolaridade. *Educ. Soc*, Campinas-SP, v. 26, n. 90, jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302005000100004>>. Acesso em: nov. 2014.
- VIANA, M. J. B. Longevidade escolar em famílias de camadas populares. In: ROMANELLI, G.; NOGUEIRA, M. A.; ZAGO, N. *Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. 6 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011. p. 45-60.
- ZAGO, N. Do acesso à permanência no Ensino Superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-237, maio/ago 2006.

NOTAS

¹ A escolha racional supõe que igualar as oportunidades de ensino seria uma forma de contornar as desigualdades herdadas da família. Por outro lado, a teoria do Capital Cultural entende que a cultura a qual os indivíduos estão sujeitos exerce influência no desempenho

escolar, favorecendo alunos provenientes de famílias de classe alta. Segundo esta visão, não seria possível para a grande maioria das famílias de classe baixa tomar decisões que a leve a valorizar estudos, pois essa não tem os instrumentos necessários.

² A PAD/MG é uma pesquisa de amostra bienal realizada pela Fundação João Pinheiro que consiste em informações relativas a 27.278 domicílios mineiros e, segundo seu relatório metodológico “objetiva subsidiar o desenho e o monitoramento das políticas públicas por meio da produção de informações socioeconômicas” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2011).

³ Oportunidades de estudos, disponibilidade de serviços públicos e acesso a cultura intelectual.

⁴ A importância da criação de uma medida individual será abordada na metodologia.

⁵ Essa faixa etária foi escolhida em função de uma propriedade da pesquisa da PAD/MG que perguntou a respeito de uso do tempo livre apenas para a população com idade entre 14 e 24 anos.

⁶ Sexo, raça, idade, tipo de família, local de moradia, número de moradores do domicílio, escolaridade do responsável, renda per capita.

⁷ “O sucesso excepcional de alguns indivíduos que escapam ao destino coletivo dá uma aparência de legitimidade à seleção escolar, e dá crédito ao mito da escola libertadora junto àqueles próprios indivíduos que ela eliminou, fazendo crer que o sucesso é uma simples questão de trabalho e de dons.” (BOURDIEU, 2010 a, p. 59)

⁸ Muito provavelmente isso se deve aos custos e às dificuldades relativos a executar pesquisas do tipo, sendo que pode-se obter um proxy relativamente satisfatório do nível cultural global da família apenas a partir da análise do nível de ensino formal dos residentes.

⁹ O uso de redução fatorial se justifica pois não é possível medir de forma direta a variável de Capital Cultural Individual, já que ela é composta por diversas variáveis que compõe uma escala.

¹⁰ A análise fatorial exploratória indicou uma redução das sete variáveis a dois fatores. Estes foram transformados num índice de Capital Cultural.

¹¹ O teste utilizado neste trabalho foi o Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) Measure of sampling adequacy (MSA). O teste considera valores abaixo de 0,6 como insatisfatórios; entre 0,6 e 0,7, satisfatórios; entre 0,7 e 0,8, como bons; e acima de 0,8, como excelentes.

¹² É necessário fazer uma consideração de que Bourdieu chamava atenção para a qualidade dessas práticas. Por exemplo, não seria qualquer peça de teatro que faria parte da composição de um capital cultural, mas apenas aquelas peças que fazem parte de um cânone da cultura legítima. Nesse caso, adotamos a posição de Setton (2005) referente à consideração da cultura popular e de massa como possíveis componentes de um Capital Cultural.

¹³ A fórmula utilizada para montar o índice foi $Y = [(X - \text{Val. Min}) / (\text{Val. Max} - \text{Val. Min})] \times 100$.

¹⁴ A PAD/MG não diferencia no seu questionário filhos de enteados. Portanto a presença de companheiro/a do responsável pelo domicílio classifica o tipo de arranjo.

¹⁵ $X^2 = 389,37$; sig. 0,00.

¹⁶ A fórmula padrão para a probabilidade “P” de obter sucesso num evento calculada pela regressão logística é $P(\text{evento}) = 1 / (1 + e^{-(\Sigma)})$, onde Σ é a soma dos resultados dos coeficientes das variáveis da equação.

Recebido: 27/05/2014

Aprovado: 19/02/2015

Contato:

Fundação João Pinheiro
Alameda das Acácias, 70, São Luiz, Pampulha,
Belo Horizonte | MG | Brasil
CEP 31.275-971